

As relações transatlânticas entre pragmatismo e ideologia

Há precisamente 250 anos atrás, no bem lembrado dia 4 de julho de 1776, o espaço atlântico vivia, no quadro da Declaração de Independência americana, um confronto ideacional entre as lógicas políticas do “Velho Mundo” e os princípios iluministas, cujas ideias conduziram sociedades como a americana ao fabrico de uma revolução que consolidou ideais centrais às democracias liberais contemporâneas, como a liberdade, a igualdade e a soberania popular.

Nesse mesmo dia, como resposta ao movimento americano independentista, Marquês de Pombal, então Secretário de Estado dos Negócios do Reino, cargo equivalente ao de primeiro-ministro, decretou um bloqueio generalizado ao acesso dos navios provenientes das treze colónias britânicas da América do Norte aos portos marítimos portugueses, tratassem-se estes de portos localizados em Portugal Continental ou nos seus domínios ultramarinos.

Poucos anos depois, ainda antes do fim da guerra de independência americana, Portugal torna-se o terceiro país do mundo a reconhecer os EUA como país soberano. Esta mudança de postura, decorrente da queda de um dos “déspotas esclarecidos” da Europa, como diria Benjamin Franklin, representa mais do que a mudança da orientação estratégica portuguesa em relação aos EUA. É, acima de tudo, demonstrativo da capacidade do pragmatismo comercial para construir pontes, promover entendimentos, e estreitar laços entre os povos do atlântico.

Ao colocar a ideologia em segundo plano, os Estados deixaram de perspetivar as relações com os seus homólogos como um *jogo de soma zero*, ou um *tudo ou nada*, e tornaram-se capazes de as pensar através de uma lógica de ganhos relativos, que expõe as vantagens da cooperação, mesmo em tempos de fragmentação política, e reforça a constatação histórica de que as divergências político-ideológicas não provocam, necessariamente, ruturas relacionais permanentes, servindo de exemplo a relação transatlântica entre Portugal e os EUA.

Duzentos e cinquenta anos depois, o papel do comércio, como instrumento de promoção da cooperação internacional, convive com uma conjuntura internacional marcada pelo crescimento de discursos mais unilaterais ou transacionais, que utilizam as dinâmicas comerciais não como um ativo diplomático pacífico, mas como uma arma ao serviço da prossecução de objetivos políticos, colocando em causa, desta forma, a estabilidade democrática, a paz social, e a força das instituições.

Ainda que resilientes, as alianças atlânticas históricas enfrentam sérias ameaças à sua continuidade. O verdadeiro desafio que se coloca às democracias liberais deste espaço recai na sua capacidade de se reaproximarem dos modelos de cooperação económica e comercial que, em tempos, garantiram a sua estabilidade e continuidade.